

## Teoria vinda do Sul ou como a Euro-América está a evoluir em direcção a África

Jean Comaroff e John L. Comaroff

Tradução de Marina Santos

*O "Sul Global" tornou-se um termo abreviado para designar o universo dos povos não-europeus, pós-coloniais. Sinónimo de desenvolvimento desigual, de economias pouco ortodoxas, de estados falhados e de nações assoladas pela corrupção, pela pobreza e pela guerra, consiste naquela metade do mundo acerca da qual o "Norte Global" tece teorias. Raramente é visto como fonte de teoria e de explicação de acontecimentos históricos mundiais. Contudo, numa altura em que muitos estados-nação do Hemisfério Norte se veem crescentemente confrontados com o colapso fiscal, as privatizações estatais, a corrupção e os conflitos étnicos, parece que são eles que estão, por assim dizer, a mover-se em direcção ao Sul, seja de forma positiva, seja de forma problemática. Será que assim é? Em que medida? O que poderá isto significar para a dicotomia em que assentam estas oposições globais? Baseando-se em investigação recentemente realizada principalmente em África, este ensaio aborda um conjunto de temas familiares – o direito, o trabalho e os contornos do capitalismo contemporâneo – a fim de saber se é possível entender estas matérias com base na teoria desenvolvida a partir de uma perspectiva "ex-cêntrica." Esta perspectiva faz com que algumas das questões-chave dos nossos dias nos pareçam simultaneamente estranhas e familiares, invertendo de forma irónica os percursos evolucionários há muito assumidos pelos cientistas sociais.*

*Palavras-chave: Sul Global; teoria; capitalismo; modernidade.*

A ideia é, na verdade, muito simples, embora as suas implicações possam ser bastante radicais. Ensaíamo-la muitas vezes, ao longo das últimas duas décadas, tal como muitos outros,<sup>1</sup> especialmente os outros "outros."

A ideia consiste no seguinte: as Luzes ocidentais assumiram-se, desde sempre, como origem do conhecimento universal, da Ciência e da Filosofia, com maiúsculas. Concomitantemente tem-se encarado o

mundo não-ocidental – designado variegadamente de Mundo Antigo, Oriente, Mundo Primitivo, Terceiro Mundo, Mundo Subdesenvolvido, Mundo em Desenvolvimento e agora por Sul Global – principalmente como um espaço de sabedoria provinciana, tradições ancestrais, usos e costumes exóticos e, acima de tudo, de informação não processada. Em suma, esses outros mundos são tratados não tanto como fontes de um conhecimento elaborado, mas mais como reserva de factos brutos: de minúcias a partir das quais a euro-modernidade poderia construir as suas teorias experimentais e as suas verdades transcendentais, tal como desde há muito tem tirado proveito das "matérias-primas" não ocidentais, acrescentando-lhes ostensivamente valor e refinamento. Em certa medida, isto continua a acontecer. Mas - e aqui apresentamos a nossa proposta à laia de interrogação - e se invertermos a Ordem das Coisas? E se partirmos do princípio de que, no momento presente, é o chamado "Sul Global" que faculta um entendimento privilegiado do funcionamento do mundo no seu todo; que é nele que deveria assentar a nossa compreensão empírica dos seus lineamentos e o nosso trabalho teórico para os justificar pelo menos em grande medida; que é aprofundando as contradições inerentes ao questionável dualismo Norte-Sul que poderemos ultrapassá-lo e chegar aos processos dialécticos mais vastos de que ele resulta? O que se segue é uma reflexão sobre a actual Ordem das Coisas, de uma perspectiva predominantemente africana, uma perspectiva que nos convida a olhar as coisas familiares de forma não familiar.

A teoria social euro-americana, como têm observado diversos autores do Sul, tem tendido a tratar a modernidade como se esta fosse inseparável do emergir da razão iluminista. Não só se encara cada uma delas como condição de possibilidade da outra, mas também se assume que, juntas, promoveram a missão claramente europeia de emancipar o ser humano de uma pré-história de pobreza, feitiçaria e entropia. Quer se encare as Luzes como uma época ou uma "atitude," representadas pela crítica kantiana ou pela ciência positivista, pela subjectividade auto-suficiente ou pela democracia cívica da "sociedade do labor" de Arendt (1958,4) pelo modo de produção capitalista de Marx, pelo mercado livre ou pelo humanismo liberal – ou pelas suas diversas combinações – a verdade é que o moderno tem o seu *fons et origo* no Ocidente. Apesar do facto de, no próprio Ocidente, o termo ter sido sempre objecto de contestação e de ambivalência. E isto com todo o respeito por Cheikh Anta Diop (1955), o

polímato senegalês, segundo o qual a civilização nasceu no Egipto, após o que se expandiu para o Norte,<sup>2</sup> e para quem as outras "modernidades" são encaradas como transplantes ou simulacra, sendo a sua menção assinalada por aspas irónicas. A concretização de algo semelhante à coisa real, o original europeu - presume-se - é, na melhor das hipóteses, diferida para um futuro distante quase inimaginável, futuro esse que, como disse Fanon (1967, 121), se alguma vez *fosse* alcançado pelos povos colonizados, sê-lo-ia "[d]emasiado tarde. Tudo está previsto, encontrado, provado, explorado," a ponto de, se porventura o Sul Global, de uma perspectiva ocidental, for adoptado pela modernidade, sê-lo-á sempre como um elemento exterior que necessita de tradução, conversão, actualização.

Consideremos dois exemplos diferentes, ambos envolvendo a representação Norte-Sul. Um deles é literário. Trata-se do conto de J.M.Coetzee (2003,51) "The novel in Africa," passado num navio de cruzeiro, denominado, não por acaso, *Northern Lights*. A narrativa articula-se em torno de uma conversa entre um escritor nigeriano e Elizabeth Costello, a romancista australiana que funciona como *alter ego* de Coetzee. "[C]omo pode explorar um mundo em toda a sua profundidade," pergunta Costello ao homem, "se, ao mesmo tempo, tem de o explicar a estrangeiros?" Ou seja, aos europeus. Da perspectiva das Luzes, a prosa africana é considerada como uma performance da alteridade, não um acto de "escrita de si" (Mbembe 2002). Como observa Žižek (s.d.), a universalidade presumida pelo liberalismo ocidental:

não reside do facto de os seus valores (direitos humanos, etc.) serem universais no sentido de serem válidos para TODAS as culturas, mas num sentido muito mais radical. Nele, os indivíduos relacionam-se entre si enquanto "universais," participam directamente da dimensão universal, ultrapassando a sua posição social particular.

Mas, ao autor africano, não é permitido escrever numa voz cosmopolita que, na Euro-América, os literatos consideram natural. Se ele/ela fala a partir de África, isso requer uma "explicação," uma conversão ao vocabulário do universalismo liberal e do epistema humanista em que se baseia. O nosso outro exemplo provém das ciências sociais. Para Dipesh Chakrabarty (2000, 89), o historicismo europeu permite apenas uma trajectória para as sociedades não-ocidentais que pretendam ser

reconhecidas como parte da grande narrativa da história da humanidade: têm de submeter-se a uma metamorfose visível – rápida ou lenta, efectiva ou não – no sentido da modernidade capitalista ocidental. Os seus mundos-de-vida diversos, dotados de formas variegadas, têm de ser traduzidos para a “linguagem universal e desencantada da sociologia,” cujo *telos* determina: “Primeiro, na Europa, depois noutros lugares” (p. 7).

Coetzee e Chakrabarty reflectem uma longa tendência crítica em lenta ascensão. Com efeito, o objectivo de muita teoria pós-colonial tem sido o de romper com o *telos* ocidental da modernidade, de perturbar as narrativas em que ela assenta, de “provincializar a Europa” (Chakrabarty 2000), de “renarrar” o império (Makdisi 1992) – e, como insiste Homi Bhabha (1994a, 6) - de deslocar o processo de produção da teoria para um “lugar ex-cêntrico,” a fim de conseguir captar a energia inquieta e revisionista de vastas áreas da população planetária, cujas genealogias não remontam directamente às Luzes europeias. O apelo de Bhabha é reiterado pelos que têm salientado o contributo da experiência não-ocidental para os discursos dominantes sobre a natureza da própria modernidade. Está também patente, como George Orwell (1933) e W.E.B. du Bois (1933) salientaram há muito tempo, de forma particularmente expressiva, nas histórias de vida dos que vivem *dentro* da metrópole – gente do Sul (a viver no Norte), por assim dizer – populações essas que são, em larga medida, excluídas da fraternidade humana.

Mais premente, contudo, apesar de décadas de crítica pós-colonial, é o facto de as ciências sociais modernistas – não excluindo as de tendência mais radical – ainda tenderem a “ignorar ... o Terceiro Mundo,” as suas narrativas da modernidade e o trabalho dos intelectuais “locais” no sentido de escreverem a história planetária do presente (Chakrabarty 2000, 7). Mesmo os teóricos mais críticos consideram que o “motor impulsionador” do capitalismo tardio residiu inteiramente na Euro-América (p. 7). No final de contas, o Sul continua a ser obliterado face ao Norte. O que explica a razão por que, numa importante intervenção anterior sobre o tema, Gayatri Spivak (1988) tenha censurado o pós-estruturalismo por não ter tomado em consideração a geopolítica, na sua análise do “Poder” e do “Sujeito Soberano.” Segundo Spivak, ao ignorar o impacto da divisão internacional do trabalho no discurso mundial e ao tornar a ideologia invisível, o pós-estruturalismo participou de uma economia da representação que manteve o outro não-europeu “na

"sombra" do "eu" ocidental (p. 280) –, permitindo assim, que o Sujeito Universal permanecesse, seguro, em terreno euro-americano.

O argumento de Spivak é pertinente. Mas, ao dissecar as tecnologias do eurocentrismo, corteja a mesma auto-obsessão psíquica que censura no pós-estruturalismo. Centrando-se no narcisismo colonial europeu, um narcisismo que oblitera “o rasto do Outro [colonizado] na sua Subjectividade precária” (1988, 281), minimiza as próprias condições sociais e materiais para as quais chamara a atenção. Consequentemente, a/o subalterna/o é de tal forma completamente eclipsada/o por uma identidade ocidental onipotente, que acaba por se tornar inaudível, sem voz e indizível. Mas, no fim de contas, *eles* – os colonizados eram e continuam a ser uma categoria *social* – não se deixam apagar com tanta facilidade, apesar das suas múltiplas deslocções. Mesmo quando menos articulada, a presença incómoda desses outros sempre perturbou as aspirações imperiais, exigindo vigilância constante. Tal como a mulher caribenha de Rochester, mantida no sótão, que, como refere Edward Said (1983, 273) a propósito de *Jane Eyre* de Bronte, ameaçou repetidamente romper a sociedade polida da metrópole.

Além disso, como as sociedades coloniais eram formações complexas, estabeleceram relações complexas e imprevisíveis com a Europa. A metrópole e a colónia eram, apesar de tudo, elementos co-constitutivos numa ordem capitalista mundial em ascensão – ou seja, forçados ao que Deleuze e Guattari chamam um duplo vínculo, “ um encontro que transforma as entidades díspares que iniciam num devir comum” (citado in Toscano 2005, 40). Daí, a afirmação hoje bastante comum de que as colónias constituíram importantes fontes de valor e de inovação para os modernos estados-nação do Norte. Ao mesmo tempo, os colonizados eram excluídos da cidadania plena nessas “comunidades imaginadas.” Pior ainda, as políticas coloniais eram sustentadas por actos de violência que punham abertamente em causa os princípios jurídicos e civis europeus. Isto porque os confins do império eram lugares de visibilidade parcial, onde os mal-entendidos davam origem a fetichismos recíprocos, acordos não-escritos, populações rebeldes e compromissos sociais proteicos que exigiam vigorosas técnicas de controle (Pietz 1985-88; Stoler 2006, 9).

Acima de tudo, esses confins fomentaram conjunturas de aspirações, convenções e práticas ocidentais e não-ocidentais, fusões que

alimentaram os anseios destrutivos, inovadores da euro-modernidade, mas muito pouco tinham das restrições éticas a que aquelas estavam submetidas na metrópole. Não estamos a falar de um passado distante. Quando, em 2000, o senador republicano dos EUA Tom Delay impediu a aprovação de legislação contra formas de trabalho escravo nas Ilhas Marianas, um território americano no Pacífico ocidental, disse ao *Washington Post* que “as condições anti-sindicais de baixos salários nas Marianas constituíam ‘um laboratório perfeito para o desenvolvimento do capitalismo.’”<sup>3</sup>

O que isto sugere é que a modernidade foi, quase desde o seu início, uma colaboração entre o Norte e o Sul – na verdade, uma criação histórica mundial, embora nitidamente assimétrica. Por mais que procure “branquear” a modernidade (Latour 1993), o facto é que ela sempre teve diversos significados, materializações e temporalidades – permanentemente contestados, difíceis de fixar e historicamente instáveis. Em termos ideológicos, a modernidade nunca foi dissociável do capitalismo, das suas determinações e da sua lógica social (cf. Amin 1989); embora o fascismo e o socialismo tenham, sem dúvida, procurado encontrar as respectivas versões próprias. Hifenizada, a modernidade capitalista concretizou-se, embora de modo *muito* desigual, nas grandes aspirações da democracia. Mas também *excluiu* muitas populações dessas mesmas aspirações, especialmente em cenários coloniais que haviam sido submetidos aos seus modos de extracção.

Por outras palavras, precisamente por ter exercido a sua acção corrosiva em tantos contextos díspares, a modernidade tem sido sempre uma e muitas coisas - sempre um projecto universal e, ao mesmo tempo, um representante de posições específicas, provincianas, bem como uma força em prol da igualdade que simultaneamente gerou a diferença. Isto é obviamente válido para a Europa onde as imaginações nacionais nunca foram similares, nem no interior dos estados-nação, nem entre eles. Mas isto tanto mais se aplica às “periferias” distantes da Europa, onde, à sombra de diversas metrópoles, a modernidade foi desvalorizada. As colónias foram pálidos substitutos, por assim dizer, empresas subsidiárias, das potências soberanas ocidentais.

E assim chegamos ao nosso argumento. Na medida em que a construção da modernidade constituiu um processo histórico mundial, ela também pode ser narrada tanto pelas suas camadas inferiores como pelos seus

auto-proclamados centros – à semelhança daqueles mapas que, à laia de brincadeira cósmica, invertem o planeta terra, colocando o Sul no topo e o Norte em baixo. Contudo, pretendemos fazer mais do que pôr simplesmente a história de pernas para o ar, conservando intacto o dualismo maniqueísta que mantém a Euro-América e os seus outros na condição imutável de interdependência. Não pretendemos tão pouco limitar-nos a registar o facto de que muitas das características emergentes e das contradições invisíveis da modernidade capitalista foram desde logo perceptíveis tanto na colónia como na metrópole – ou que a primeira constituiu muitas vezes o local de produção de meios e de recursos da segunda. O que sugerimos, para além disso, é que os processos históricos mundiais contemporâneos estão a alterar visivelmente as classificações geográficas instituídas de centro e de periferia, deslocando para Sul não só alguns dos mais inovadores e enérgicos modos de produção de valor, mas o próprio impulso promotor do capitalismo contemporâneo enquanto formação simultaneamente material e cultural. É neste sentido que propomos que a história do presente seja compreendida com maior acuidade, tanto em termos empíricos como teóricos, a partir de uma perspectiva originada nos chamados antípodos. Neste contexto, *Theory from the South* (2011) assenta em dois argumentos intimamente relacionados. Iremos desenvolvê-los, como sugerimos anteriormente, tomando a África como ponto de partida.

#### *A AFRO-MODERNIDADE, NA PRÁTICA E NA TEORIA*

O primeiro argumento é o de que a modernidade exterior à Europa não pode ser entendida como um derivado, um *Doppelgänger* ou uma contrafacção de um "original" euro- americano. Pelo contrário, ela exige ser apreendida e interpelada por direito próprio. As modernidades africanas, por exemplo, têm uma história profunda, altamente consciente de si, como mostra o académico sul-africano Ntongela Masilela (2003a), consistindo em combinações mutáveis de discursos e práticas, com base nos quais os povos de todo o continente têm, desde há muito, vivido as suas vidas. E têm-no feito, em parte, numa relação dialéctica com o Norte Global e o seu império em expansão, em parte, com outros do mesmo hemisfério, em parte, em enclaves localizados. Tal como no Norte, a modernidade em África tem-se manifestado através de uma multiplicidade de registos simultâneos. E, tal como no Norte, tem sido

envolvida em polémicas e “significados intrincados” (Deutsch, Probst, and Schmidt 2002; Nuttall 2009; Táíwò 2010, 13). Será que os africanos deveriam considerar-se como parte integrante das Luzes universais, da cristandade e da civilização, do Inglês shakespeariano e da razão científica, como argumentavam alguns intelectuais sul-africanos negros no início do século XX (Masilela 2003a, 6)? Ou será que deveriam procurar “combinar o nativo com o alóctone, o tradicional com o estrangeiro, criando algo de novo e belo,” como escreveu H.I.E. Dhlomo em 1939 (1977)? Na verdade, tem-se verificado uma tendência crescente no sentido da segunda opção; ou seja, uma tendência para o mimético, entendida – à maneira de Achille Mbembe (2008, 38f, segundo Halliwell 2002) – como um processo que “estabelece similaridades com outra coisa, ao mesmo tempo que inventa algo de original.” Tal como o seu equivalente europeu, a modernidade consciente de si em África impõe uma re-gênese, uma consciência de novas possibilidades e uma ruptura com o passado – um passado que, no final de contas, foi nivelado, destemporalizado e congelado em “tradição,” sendo este conceito em si mesmo uma construção totalmente moderna.

Em suma, as modernidades africanas têm tido, desde há muito, as suas trajectórias próprias que, a nível moral e material, configuram a vida quotidiana. Têm fornecido meios diversos, embora distintos, que lhes permitem compreender ao mundo, moldar seres e identidades, condicionar eficazmente as condições presentes. A África, por exemplo, gerou possivelmente os exemplos mais dinâmicos das formas icónicas da cultura moderna, tais como o cristianismo popular, formas musicais de massa ou géneros cinematográficos (evidentes na poderosa indústria de cinema de Nollywood produzida directamente para vídeo). Tal criatividade tem sido simultaneamente destrutiva e produtiva no que respeita a ignorar, repudiar e refazer os modelos europeus. Por vezes, o processo é marcadamente consciente, como entre os intelectuais Xhosa dos anos oitenta do século XIX (Masilela 2003b, 706) e, mais tarde, entre os sul-africanos negros do New Africa Movement, que, como é sabido, insistiam que o continente africano não fosse comparado com a Europa, uma vez que possuía o seu génio próprio, passível de ser inseminado, poder-se-ia acrescentar, por outras influências do Sul, desde Mohandas Gandhi à diáspora africana no Novo Mundo.

A mesma retórica iria influenciar os movimentos anti-coloniais e os nacionalismos pós-independência; e também as alteridades assertivas do Pan-Africanismo, da Negritude e do Afrocentrismo; as experiências do comunitarismo e da democracia; as visões magnânimas, como o *Ubuntu*, apelo a uma “humanidade africana” generalizada e, mais ambiciosamente, a um “Renascimento Africano.” A designação de “modernidade alternativa,” no singular ou no plural,<sup>4</sup> também não é a mais adequada. Trata-se de uma expressão *vernacular* - tal como euro-modernidade é um vernáculo – forjada no desenrolar de uma situação compromisso identificada com a história do presente.

Neste sentido, é importante distinguir modernidade de modernização (cf. Appadurai 1996), um aspecto que nos conduz temporariamente a um âmbito mais geral. Modernidade remete para uma orientação sobre a forma de estar-no-mundo, para uma *Weltanschauung* diversamente construída e diversamente habitada, para um conceito da pessoa enquanto sujeito consciente de si, para um ideal da humanidade enquanto ser pertencente a uma espécie, para uma visão da história como construção progressiva, feita pelo homem, para uma ideologia de progresso através do conhecimento cumulativo e de aptidões tecnológicas, para a busca de justiça através de uma governação racional; para um ímpeto implacável para a inovação cuja iconoclastia acaba por gerar um anseio por coisas eternas (cf. Harvey 1989, 10). A modernização, por sua vez, pressupõe uma forte teleologia normativa, uma trajetória unilinear conducente a uma visão particular do futuro – capitalista, socialista, fascista ou qualquer outra – à qual toda a humanidade deveria aspirar, a que toda a história deveria conduzir e no sentido da qual todos os povos deveriam evoluir, se bem que a ritmos diferentes. Este *telos* tem-se manifestado em movimentos progressistas, tanto seculares como religiosos, em modelos expansivos de progresso e em paradigmas científicos “objectivos,” entre os quais a “teoria da modernização” na sociologia. Também tem sido criticado pelas contradições entre as suas promessas e os seus resultados: por exemplo, entre a sua promessa de uma humanidade mais igualitária e as biopolíticas da diferença que despontam por todo o mundo. No nosso caso, estamos menos preocupados com essas contradições do que com a confusão entre modernização e modernidade. Essa confusão está subjacente ao recente debate em torno da modernidade enquanto categoria de análise crítica e

levanta um conjunto de questões teóricas importantes para a nossa argumentação.

Frederick Cooper (2005, 113), cuja obra académica tem também raízes profundas em África, lamentou recentemente o facto de, na academia, a modernidade ser um termo técnico utilizado com uma imprecisão crescente. Concordamos com ele, tendo já salientado o carácter vago do termo e a sua tendência para se desvanecer quando sujeito a escrutínio (Comaroff e Comaroff 1993, xii). Concordamos também com a observação de Cooper de que muitas vezes se confunde e mistura as suas conotações analíticas com as que decorrem do seu uso quotidiano (p. xiif), embora isto também se aplique a outros constructos terminológicos das ciências humanas, como colonialismo, identidade, política, liberalismo (*cf.* Duara 2007, 295 - e, até mesmo teoria. Na verdade, é precisamente essa característica proteica da modernidade que a torna tão produtiva enquanto tropo de reivindicações mundanas, enquanto asserção política e enquanto *objecto* de análise. "Modernidade" é claramente o que os linguistas apelidam de "shifter" [embreantes ou deícticos] (Silverstein 1976). O seu significado depende do contexto e serve para colocar os povos de uma dada época e de um dado espaço mais longínquo ou mais próximo da grande linha divisória entre o mesmo e o outro: o presente e a pré-história, o geral e o particular, oposições essas que são utilizadas numa multiplicidade de registos — das teologias às plataformas partidárias, dos documentos sobre políticas às leis indiscutíveis, dos mapas do espaço social à classificação de populações.

É claro que as ciências sociais positivistas também recorreram a esta gramática de oposições, tendo adoptado oposições contrastivas tão fundamentais como solidariedade mecânica por oposição a solidariedade orgânica, *status* por oposição a contrato, pré-capitalismo por oposição a capitalismo, e assim por diante. A teoria da modernização, em ascensão na sociologia desde os anos cinquenta do século XX, não constituiu excepção. Apesar de terem sido repetidamente alvo de crítica, argumenta Cooper (2005, 9ff), tanto as bases conceptuais como o *telos* eurocêntrico do paradigma da modernização persistem na investigação académica colonial/pós-colonial. Consequentemente, a última " reforça as meta-narrativas que pretende desconstruir" (p.9), baralhando mais do que iluminando a questão da modernidade (em África e não só), aquilo em que ela consiste realmente e o modo como poderia ser caracterizada. Para

teóricos como Cooper, o problema resolve-se com uma boa dose de investigação histórica rigorosa, como se um fenómeno proteico deste tipo pudesse ser definitivamente fixado com recurso a um empirismo honesto.<sup>5</sup> Ironicamente, segundo o cânone desse mesmo empirismo, os estudos coloniais/pós-coloniais não podem ser descartados com tanta facilidade. A investigação nessa área tem-se esforçado por ultrapassar os pressupostos e os métodos da teoria da modernização. Constructos como “modernidades alternativas” não deixam de ser problemáticas. Mas foram desenvolvidas precisamente para ultrapassar a oposição binária entre pré-moderno e moderno e evitar confundir modernização com ocidentalização.<sup>6</sup>

Mas há aqui algo mais, algo de mais geral. O esforço para contrariar o uso indiscriminado do termo “modernidade” põe em evidência a razão por que é tão importante não o confundir com modernização, ou usar modernidade como constructo analítico, sem ter em conta as condições da sua existência material. Cooper lamenta que, com a rejeição da teoria da modernização, “tudo” tenda a ser tratado como sendo “simultaneamente moderno” (p. 132). Contudo, em parte, o objectivo da crítica era precisamente mostrar que, enquanto a modernização-como-ideologia-ocidental pode representar sociedades não-ocidentais bem como numerosas realidades a ela exteriores ainda-não-modernas, o domínio capitalista a que está associada não *possui* verdadeiros exteriores, embora tenha muitas periferias. A produção destas margens, como têm salientado teóricos de diversas tendências, é uma condição indispensável ao crescimento dos seus centros. Além disso, revelar o impacto negativo dos processos de “modernização” perpetrados em nome do progresso universal não significa necessariamente que se seja “contra a modernidade,” como por vezes se sugere — ou, já agora, a favor. Significa sim submeter a sua história a um questionamento crítico.

O importante, sem dúvida, é ter em conta a realidade inelutável de que muitos povos desfavorecidos de todo o mundo têm grande apetência por muito daquilo que eles mesmos entendem como moderno, desejando, na medida do possível, criar as suas próprias versões da modernidade, apesar de estarem submetidos aos seus numerosos constrangimentos e contradições. É daqui, aliás, que provém o facto *empírico* das “modernidades múltiplas.” Reconhecer o anseio generalizado pela promessa ilusória de “progresso” não impede que se reconheçam os seus

efeitos destrutivos ou que se questione o mito europeu de que existe apenas um exemplo autêntico, patenteado, desse "progresso." De igual modo, aceitar que possa existir mais do que uma modernidade, não significa ignorar *ipso facto* as desigualdades reais verificadas entre os centros e as margens, um receio legítimo exprimido por James Ferguson (2006, 33, 176f). Não que os povos do Sul Global "careçam de modernidade." O que acontece é que a promessa de modernização está vedada a muitos deles, devido à propensão inerente ao capital para criar margens e sectores inferiores, a fim de os explorar.

A modernidade é uma abstracção concreta. Sendo um produto da actividade humana, materializa-se em formações concretas evidentes, mas também existe enquanto ordem reificada de valor permutável. Neste sentido, constitui uma Grande Ideia que remete tanto para uma dimensão geral como para aspectos particulares, tanto no singular como no plural, e ainda para as relações entre eles. Envolve as dimensões tangíveis da vida em tempos e lugares específicos – relacionando ao mesmo tempo o epocal com o universal. Constructos polivalentes deste tipo são tão essenciais para a investigação teórica na área das ciências sociais como para os discursos correntes da cultura de massas. A necessidade de entender a sua semiose prática deveria ser mais do que evidente. Será lícito argumentar que tratar a modernidade como sendo algo mais do que uma categoria vernacular ou mesmo elevá-la a uma abstracção é conferir-lhe "coerência artificial" (Cooper 2005, 116)? O que tem ela exactamente de artificial, para além do facto de todos os conceitos utilizados pelas ciências humanas serem, em última análise, um artifício? Porque será que reconhecer que a modernidade é, ao mesmo tempo, uma coisa e muitas outras corresponde a promover a "confusão" (p.116)?<sup>7</sup> Relacionando isto com a nossa argumentação, conclui-se do que foi dito que a modernidade em África é *simultaneamente* uma construção discursiva e um facto empírico, uma singularidade e uma pluralidade, um anseio distintivo e um conjunto complexo de realidades referentes a uma tortuosa história endógena ainda activamente em curso. Uma história que, como se vê, não corre atrás da Euro-América, mas assume a dianteira.

Isto leva-nos ao nosso segundo argumento. Contrariamente à narrativa euro-modernista instituída dos últimos dois séculos – segundo a qual o chamado Sul Global se encontra aquém da curva da História Universal, sempre em défice, sempre tentando alcançá-la – há boas razões para se pensar o oposto: que, no aqui-e-agora, são as regiões do Sul que tendem a ser as primeiras a sentir os efeitos concretos dos processos da história mundial, à medida que estes se desenrolam, logrando assim prever o futuro da antiga metrópole. É este aspecto que procuramos evidenciar no subtítulo intencionalmente provocatório, anti-evolucionário, do livro de que este texto foi extraído: *Como a Euro-América se está a deslocalizar em direcção a África* (2011).

Por outras palavras: enquanto a Euro-América e os seus antípodas se encontram enredados nos *mesmos* processos globais da história mundial, as velhas margens estão a transformar-se em novos postos avançados, lugares onde o capital móvel globalmente competitivo encontra zonas de regulamentação mínima para os seus investimentos; onde a indústria transformadora abre unidades de produção cada vez mais vantajosas em termos de custos; onde economias informais altamente flexíveis – de um tipo actualmente em expansão por todo o lado – prosperam desde há muito; onde aqueles que prestam serviços de *outsourcing* para o Norte constroem os seus próprios impérios de tecnologia de ponta, tanto legais como ilícitos; onde se estabelece uma nova linguagem relativa ao trabalho, ao tempo e ao valor, assim alterando práticas planetárias. É por isso que o Norte Global parece estar a “evoluir” em direcção ao Sul. Em muitos aspectos, a África, o Sul da Ásia e a América Latina parecem estar à frente do mundo euro-moderno, arautos da *sua* história-em-construção.

Há aqui muitas dimensões envolvidas, muitas mediações culturais: como o facto de os estados-nação europeus, tendo sido obrigados a confrontar-se com a diversidade demográfica e a sociologia *real* da diferença de uma forma inaudita, começarem a parecer-se com pós-colónias policulturais ou o facto de os sistemas jurídicos europeus e norte-americanos se parecerem cada vez mais com a jurisprudência africana que se caracteriza por tratar a maior parte das infracções, mesmo os homicídios, como delitos menores e não como crimes contra o Estado.

Ou veja-se o que na África do Sul é designado por “política viva” (Chance 2007), uma força que tem de ser levada em conta, numa altura em que o desemprego e a condição de sem-abrigo proliferam, à medida que os

serviços estatais são privatizados e as políticas de classe abandonadas e que novas formas vorazes de capitalismo deslocam populações cada vez mais numerosas para o limbo dos campos temporários. Neste caso, a acção social centra-se naquilo que Arendt (1958, 100) definiu (segundo Locke) como “a condição da vida humana em si mesma,” a vida centrada na demanda de uma participação integral na *polis*. À semelhança de movimentos igualmente assertivos noutras regiões, de Cochabamba a Mumbai, de Chiapas ao Cairo, as versões sul-africanas procuram assegurar aquilo que geralmente se entende por “serviços” – as condições mínimas para uma existência “digna”: água potável, habitação, um sistema sanitário, cuidados médicos, salário mínimo. Apoiando-se num arquivo global diversificado que vai de Marx, Gandhi e Fanon, passando pelo livro das Revelações e pelos Zapatistas, as seitas que advogam um renascimento às cruzadas em prol dos direitos humanos, estas formas de activismo social são viabilizadas pela liberalização dos novos meios de comunicação social. Criadas frequentemente com o intuito explícito de desenvolver uma consciência crítica, elas tendem a incentivar novas formas de mobilização e a discutir a natureza da teoria e quem, por direito, deveria estar a produzi-la (Desai 2002). Além disso, criticam os horizontes limitados da democracia processual e das políticas ‘do costume.’ Em grande medida, a sua acção tem um carácter pós-colonial e pós-totalitário, assentando num legado militante, muitas vezes em nítido contraste com o Norte onde os críticos lamentam frequentemente a perda da componente política ou lastimam o cinismo em torno da ideia do bem público. Mas a vaga de protestos populares contra as medidas de austeridade na Europa trouxe algo de parecido com a política viva às ruas de Atenas e de Londres. Sob o signo da emergência económica, estão a ser desenvolvidos novos projectos progressistas em alguns bairros, entre os quais a implementação de um subsídio de rendimento social mínimo ou qualquer coisa do género. Neste sentido, o Sul volta a fornecer um modelo paradigmático: a Bolsa Família no Brasil, um programa maciço de transferência de dinheiro em numerário, iniciado em 2003. Traduzindo a redistribuição social para a linguagem neoliberal do “capital humano,” o referido programa utiliza cartões de débito para fazer pequenos pagamentos mensais a famílias pobres, geralmente a mulheres, que são aumentados, se elas investirem em áreas como a saúde e a educação dos filhos (Morton 2010).

Os exemplos são infindáveis. Neste caso, porém, interessam-nos processos mais gerais, os processos que têm como alvo o coração do capitalismo contemporâneo e a sua economia moral: os meios de produção primária a ele associados, as suas formas privilegiadas de extracção do trabalho, os seus modos de acumulação de riqueza e valor simbólico, as suas geografias políticas e legais, a sua interpelação das instituições governamentais. Como é amplamente reconhecido, o capital, cada vez mais competitivo a uma escala global, tem exercido uma pressão crescente no sentido da flexibilidade, da liquidez e da desregulação. Deste modo, voltou a encontrar condições propícias nas antigas colónias, onde os estados pós-coloniais, ansiosos por capitalizar rendimentos disponíveis e, por vezes, precisando desesperadamente de moedas “fortes,” se abriram aos negócios, em especial às grandes empresas – agora muitas vezes sediadas na China, na Índia e no Golfo –, que não têm escrúpulos em pressionar os regimes no poder no sentido de lhes serem concedidos benefícios fiscais, de lhes ser permitido contornar a legislação ambiental, as condições salariais e a protecção dos trabalhadores, de conseguirem limitar responsabilidades, desencorajar actividades sindicais, e mesmo formar de enclaves – em suma, vergando-se ao *laissez faire* na sua forma mais extrema. Consequentemente foi principalmente no Sul, o “laboratório” dilecto de Tom DeLay, que os efeitos práticos do neoliberalismo foram ensaiados e postos à prova. Foi aí que as suas operações financeiras mais radicais foram testadas – para serem reimportadas por vários países euro-americanos.

É claro que o Norte está a sofrer agora essas consequências práticas, consequências que se tornam mais evidentes à medida que os mercados de trabalho se contraem e o emprego se torna mais precário, que a indústria é deslocalizada sem aviso, que as grandes empresas procuram forçar os estados a anular a sua legislação ecológica, a baixar os salários mínimos, a financiar as suas infra-estruturas com fundos públicos, eximindo-as de prejuízos, responsabilidade e impostos, à medida que os governos de centro-direita cortam na despesa pública, nas instituições públicas e nos empregos do sector público,<sup>8</sup> muitas vezes perante os protestos vãos da sociedade civil. É por isso que tantos cidadãos ocidentais – tanto da classe operária como da classe média – têm de se confrontar com a insegurança, a instabilidade e até com a mobilidade forçada e o despedimento, há muito características da vida no mundo não-ocidental. É também por isso que conhecidos intelectuais estão a

publicar livros de grande tiragem com títulos como *Third World America* (Huffington 2010). O chamado “New Normal” do Norte está a reencenar o passado recente do Sul, a uma escala cada vez maior.

Simultaneamente, alguns estados-nação do Sul apresentam, por se terem tornado potências económicas – a Índia, o Brasil, a África do Sul –, características do futuro da Euro-América, de modo diverso, tendo aberto as suas próprias fronteiras e começado a colonizar a metrópole: *vide* a apropriação a nível global da iniciativa no domínio da economia dos biocombustíveis por parte do Brasil, a penetração da indústria automóvel indiana no Reino Unido ou o impacto do sector bancário de Hong Kong no desenvolvimento de um novo tipo de mercados financeiros. Ou, num registo diferente, a emergência da África do Sul, uma das maiores potências económicas mineiras internacionais, como a América de África, ansiosa por experiências inovadoras no domínio da legislação constitucional, das políticas populistas e, ainda que hesitantemente, das novas modalidades pós-neoliberais de redistribuição. Ou, noutra registo ainda, o surgimento de novas formas de urbanismo, como acontece na Nigéria, onde, segundo Joshua Comaroff e Gulliver Shepard (1999, ênfase nossa), “muitas das tendências verificadas nas cidades ocidentais modernas canónicas *podem encontrar-se, [em Lagos], de forma hiperbólica ...*” Lagos não está a tentar alcançar-nos, afirmam os autores recorrendo a pormenores sofisticados. “Nós é que talvez estejamos a tentar alcançar Lagos.” Lagos, acrescenta Rem Koolhaas constitui “um paradigma [do] futuro” de *todas* as cidades (Koolhaas and Cleijne 2001, 652-3). Uma “megalópole,” cujos terrenos são tão caros como em Manhattan (Guo 2010, 44), está na “vanguarda da modernidade globalizadora” (Koolhaas and Cleijne 2001, 652-3). Note-se, não de uma modernidade alternativa, mas de uma modernidade *sui generis*. A ironia desta afirmação será evidente para os que conhecem *Time and the Other* (1983, 2005) de Johannes Fabian. A questão agora não é saber se o Ocidente ignora a “coevidade” – *i.e.* a contemporaneidade – do não-Ocidente com o Ocidente. É saber se o Ocidente reconhece que está a tentar acompanhar a temporalidade dos seus outros.

Em grande medida, contudo, é o lado *lumpen* da história o primeiro a manifestar-se no Sul, onde grande parte da classe operária mundial se encontra dispersa. Isto talvez explique o facto de algumas das primeiras críticas à viragem neoliberal – e as réplicas mais cépticas ao

fundamentalismo do mercado livre – terem vindo precisamente dessas classes inferiores (ver *e.g.* Lomnitz 2006; Desai 2002; Amin 2010), sendo este mais um aspecto em que o Norte Global se encontra atrás dos seus equivalentes/homólogos nos antípodas.<sup>9</sup>

Mas porquê? Por que é que o Sul em geral e a África em particular têm vindo a prenunciar aspectos significativos do desenrolar da história da Euro-América? Por que é que, para o bem ou para o mal, as consequências materiais, políticas, sociais e morais da ascensão do neoliberalismo são tão explicitamente evidentes nessas zonas? Já começámos a abordar a questão: a resposta tem início no passado, no facto de as colónias, na sua maioria, terem sido zonas de ocupação orientadas para a extracção imperial. Como as políticas e as economias neocoloniais têm feito o possível por mantê-las nessa situação, as pós-colónias permaneceram dependentes e em dívida, continuando a exportar os seus recursos, como as matérias-primas e o trabalho não-especializado, em vez de mercadorias e competências de valor acrescentado. Isto embora alguns deles – como a Nigéria, Marrocos, o Egipto, a Tunísia e, mais uma vez, a África do Sul – apresentem um crescimento real das indústrias transformadoras, dos seus sectores de serviços e das despesas de consumo urbano.<sup>10</sup> Além disso, (i) como importantes sectores da sua população trabalham desde há muito sob condições que visam baixar os salários e reduzir o poder de classes potencialmente perigosas, (ii) como, em África, as forças de mercado nunca foram totalmente controladas pela existência de um estado democrático e pelas suas formas de regulamentação e (iii) como a governação nesse continente tem assentado frequentemente no patrocínio cleptocrático – sendo tudo isto parte do legado do colonialismo e dos seus efeitos – os estados africanos têm sido particularmente receptivos a iniciativas gananciosas: ao roubo de bens, à alienação de bens comuns a privados, à pilhagem da propriedade privada, à corrupção estrangeira. Em suma, têm tentado obter o lucro máximo, a custos mínimos, com pouco investimento em infra-estruturas.

O rápido aumento do investimento estrangeiro directo a Sul do Saara na última década<sup>11</sup> - a entrada de capital em África cresceu 16% em 2008, enquanto no resto do mundo caiu 20% (Guo 2010, 44) – levou James Ferguson (2006, 41), entre outros, a especular que os países africanos, mais do que exemplos de “formas imaturas de globalização,” poderiam

ser “mutações sofisticadas e ‘vanguardistas’ dessa globalização.” Um recente relatório do McKinsey Global Institute sobre as economias africanas concorda com esta opinião (Roxburgh *et al.* 2010; ver nota 16). O mesmo acontece com o estudo de caso realizado por Brenda Chalfin (2010, 29) sobre o Gana que se tornou um “pioneiro do neoliberalismo,” ao implementar novas medidas reguladoras, numa altura em que se assiste à expansão generalizada de regulamentações aduaneiras, em resposta ao rápido incremento do comércio transnacional. “O Gana ... funciona em muitos aspectos como laboratório para testar e ... configurar modalidades globais de governação,” observa ela (p.29-30). Mais uma vez - para o melhor e para o pior -, a África toma a dianteira. É precisamente a conjunção das instituições coloniais herdadas e da sua disponibilidade para o desenvolvimento neoliberal que fazem do Gana e de outros países do Sul uma vanguarda na era do mercado. Como observou a revista *Newsweek* no início de 2010, a África “está na vanguarda dos mercados emergentes ... Como a China e a Índia [é], talvez mais do que qualquer outra região, .... o exemplo de uma nova ordem mundial.”

Os EUA e a Europa foram coniventes nisso, impondo a sua famigerada visão do futuro, como é sabido, sob o signo do ajustamento estrutural, à África, à Ásia e à América Latina, antecipando inadvertidamente o que o futuro lhes reservava. Joseph Stiglitz (2002) argumentou que a insistência doutrinária na liberalização dos mercados comerciais e financeiros e na privatização de bens públicos precipitou a crise asiática de 1997, um historial de desenvolvimento fracassado em África e a bancarrota na Argentina. Esse fracasso facultou-nos uma antevisão assustadora dos efeitos da implosão da economia global de 2008. Stiglitz descreve, em termos que agora nos parecem proféticos, como as nações orientais foram lançadas no caos; como, a fim de proteger os mercados internacionais, o FMI interveio prontamente com resgates massivos, dirigidos principalmente às empresas credoras, deixando os cidadãos comuns arcar com os custos; como a estabilização financeira, mais do que a criação de empregos, se tornou o principal objectivo (p. 73). Como é que as mais que estudadas crises financeiras da Ásia e da América Latina ou os efeitos nocivos do ajustamento estrutural em África não fizeram soar o alarme em relação ao futuro no Norte Global? Terá sido por que tudo isso se passava *fora* da Euro-América? Ou por que, ofuscados pelas nossas próprias narrativas da História Universal, não conseguimos simplesmente

ver a contra-evolução que se aproximava, o facto de, por assim dizer, o Norte estar a movimentar-se em direcção ao Sul?

Sem dúvida que o Norte teve uma antevisão do lado negativo do fundamentalismo dos mercados bem antes da crise de 2008. No fim de contas, as contradições que o originaram há muito que estavam em formação: a redução implacável dos centros da indústria transformadora a zonas de devastação há muito que assinalava a desindustrialização da Euro-América –, tendo recentemente dado azo a apelos à re-industrialização, ironicamente, através do repatriamento de indústrias fordistas exportadas para o Sul e aí recriadas, o que, nas condições actuais, é estruturalmente impossível. De vez em quando, essas contradições também têm vindo a público de forma dramática: nos E.U.A, a implosão da Enron em 2001 tornou evidente a fragilidade de uma economia assente na voracidade empresarial e numa contabilidade vodu. (Em 2001, *The Economist* referiu tudo isto num artigo intitulado “dèjà voodoo”!). Depois, em 2005, o furacão Katrina revelou aos americanos de classe média os efeitos desconhecidos que a privatização não-regulamentada de uma série de funções decisivas do estado poderia ter a nível das infra-estruturas nacionais, para não falar das diferenças profundas de raça e de classe entre eles. Os conflitos violentos nas *banlieues* subúrbios de Paris, os ataques a imigrantes no Reino Unido e na Suécia e a demonização dos muçulmanos em grande parte da Europa constituem variações sobre o mesmo tema e mostram como, apesar da sua preocupação com a democracia e os direitos humanos, as nações do Norte assistem a vagas crescentes de conflitos étnicos e de xenofobia, defrontando-se ainda com a criminalidade violenta, a corrupção desmedida no governo e nos negócios, com mercados de trabalho cada vez mais reduzidos e precários, com classes médias angustiadas, juventudes *lumpen* e muito mais (Comaroff and Comaroff 2006a, 2006b). Pelos vistos, a África está a tornar-se uma condição global.<sup>12</sup> Ou, pelo menos, a África tal como *imaginada* na Euro-América. A sua própria realidade endógena é mais complexa, constituindo, como sugerimos, antes uma síntese dos vectores e polaridades da modernidade capitalista tardia como um todo.

Tal como aconteceu no passado, o continente africano é também uma fonte de respostas criativas para as contingências dos nossos tempos, respostas essas incentivadas por um misto volátil de necessidade,

possibilidade, desregulação e compressão espaço-temporal. Daí, entre outras coisas, a expansão extraordinária, embora desigual, dos seus sectores formais e do capital endógeno, o crescimento massivo do comércio "informal," o florescimento de economias lucrativas baseadas na contrafacção e na cópia, a emergência de novas formas de prestação de serviços e o tráfico nas áreas da previdência, da segurança, da intimidade e do afecto. O Sul foi também pioneiro no desabrochar da "ethnoprise," (etnopresa), a que, noutro texto, demos o nome de *Ethnicity, Inc.* (2009). O boom na economia das identidades tem tido implicações determinantes no modo como as pessoas comuns experimentam o colectivo, o capital social e o envolvimento político. E isso está a estender-se para Norte, para aquelas metrópoles que, em tempos, consideravam estar acima do provincianismo étnico ou da "tradição." Isto sugere que o Sul Global está a produzir e exportar formas engenhosas de sobrevivência – e não só. Muitas vezes, aqueles que foram negativamente afectados pela modernidade são os que reformulam de modo mais eficaz e radical os seus meios, pondo, assim, em evidência elementos da sua natureza intrínseca, há muito suprimidos. Na verdade, foi precisamente esta dialéctica que empurrou a África, a Ásia e a América Latina para a vanguarda da época, posicionando-as na linha da frente do capitalismo contemporâneo – que, reiterando o que foi dito, na sua fase mais recente e enérgica, prospera em ambientes em que a defesa da democracia, do estado de direito e dos direitos laborais é, na melhor das hipóteses, irregular. É aqui que as nossas duas teses convergem: é aqui que a primeira, a afirmação de que, em África, a modernidade tem um carácter *sui generis*, pelo que não constitui um derivado do original europeu, se encontra com a segunda, a asserção contra-evolucionária, segundo a qual, na história actual, o Sul Global toma a dianteira em relação ao Norte Global, constituindo uma prefiguração hiperbólica do seu futuro em construção. Note-se, a este respeito, que recentemente, o Ministro da Educação sul-africano apresentou um "Plano para a Teoria Social." Chegou a altura, disse, de o Sul tomar a liderança na produção de teoria na área das ciências sociais, a fim de melhor se compreender as perplexidades dos tempos que vivemos. Isto no preciso momento em que, no Norte Global, os governos estão a encerrar centros de produção intelectual e a tornar-se cada vez mais avessos à teoria. Talvez a Euro-América não esteja a mover-se em direcção a África com a rapidez suficiente.

## CODA

Qual o impacto que tudo isto poderá ter no próprio conceito de “Sul Global”? O que é que pretendemos efectivamente significar com esse termo?

Apesar de se ter substituído a designação “Terceiro Mundo” como termo de utilização mais ou menos popular, ela é inerentemente escorregadia, incipiente e instável. Na sua acepção mais simples, a mudança exprime o colapso da divisão tripartida do tempo da Guerra Fria, em que a economia política da modernidade era configurada de acordo com dois grandes paradigmas ideológicos – cada um deles com os seus outros “menos desenvolvidos.” Na era do capitalismo neoliberal, a bitola de aferição da modernização é mais grosseira: encontra-se em todo o lado – tanto nos seus sucessos como nos seus fracassos – no mercado global. Em geral, o “Sul”, enquanto designação técnica, tem conotações mais complexas do que o Mundo anteriormente conhecido como “Terceiro.” Remete para uma categoria politética, cujos membros partilham um ou mais traços – mas não todos, nem sequer a maior parte – de um conjunto diversificado de características. O que mais se aproxima de um denominador comum entre eles é o facto de muitos desses países terem sido colónias ou protectorados, embora não necessariamente durante as mesmas épocas (*cf.* Coronil 2004). “Pós-colonial” constitui, por isso, uma espécie de sinónimo, mas um sinónimo inexacto. Mais, tal como todas as categorias indexicais, o sentido de “o Sul Global” não é determinado pelo seu conteúdo, mas pelo seu contexto, pela forma como aponta para algo que está para além do seu campo semântico – neste caso, para a sua antinomia em relação a “o Norte Global,” uma oposição que transporta consigo uma grande carga imaginativa solidificada em torno do contraste entre centralidade e marginalidade, modernidade do mercado livre e sua ausência... Como é evidente, esta oposição assume uma dimensão política e económica radical em certos contextos institucionais, como os G-8 e os mercados mundiais de obrigações e crédito. Mas ela obscurece tanto quanto descreve.

Salientem-se dois aspectos em particular.

Já aludimos a ambos. O primeiro tem a ver com o facto de alguns estados-nação do Sul, longe de terem um papel marginal, assumirem uma

importância fundamental na economia global. Embora isto não corresponda a uma redução do empobrecimento das massas ou a uma baixa dos coeficientes Gini nesses lugares, a verdade é que lhes garante uma participação cada vez mais integral nas operações do capital, para não falar das imaginações culturais em todo o planeta. Seja como for concebida, nas palavras de Balibar (2004, 14; cf. Krotz 2005, 149), “a linha de demarcação entre o "Norte" e o "Sul," entre zonas de prosperidade e de poder e zonas de "desenvolvimento do sub-desenvolvimento" não é estável.” Pelo contrário, é uma linha, na melhor das hipóteses, porosa, fragmentada, muitas vezes ilegível. Além disso, mesmo que pudesse ser traçada de modo definitivo, muitos estados-nação desafiam uma categorização fácil: de que lado ficam, por exemplo, os países da antiga União Soviética? Ou, caso o desenvolvimento económico seja o critério principal, onde colocar aquelas potências a que regressamos permanentemente, como a Índia, o Brasil, a África do Sul e a Nigéria, que parecem pôr em causa a cisão entre hemisférios? E isto para não mencionar o parceiro mais portentoso de todos, a China. Por um lado, estes países encontram-se entre as mais dinâmicas economias do planeta. No entanto, como são ainda altamente polarizados, constituem zonas geográficas onde enclaves de riqueza e de ordem alimentam — e mantêm — grandes áreas de escassez, violência e exclusão. Microcosmos da chamada divisão Norte-Sul. O que também é cada vez mais válido para a Euro-América. Em suma, existe muito Sul no Norte, muito Norte no Sul e, no futuro, teremos mais de ambos.

O segundo aspecto, que tem uma relação de causa e efeito com a incoacção da linha entre hemisférios, corresponde à articulação estrutural profunda – na verdade, ao vínculo recíproco – entre as suas economias. Afinal, é isto que torna global o capitalismo global, e não apenas internacional. Não se trata apenas de as classes trabalhadoras da Euro-América, as que produzem os seus meios de consumo, se localizarem cada vez mais nas margens do Sul, mas, como observámos, é o capital do Sul que suporta e chega a ser até proprietário de muitas das empresas de marca euro-americana, sendo tudo isto complicado pelo mundo da finança, cujos capilares labirínticos desafiam qualquer tentativa de explicação segundo coordenadas geo-políticas. Na complexa hifenização que liga a economia à governação e ambas aos empreendimentos da vida quotidiana, a ordem mundial contemporânea assenta assim numa rede altamente flexível e extraordinariamente

intricada de sinapses, uma rede que simultaneamente reforça e erradica, apura e torna ambíguas as fronteiras entre hemisférios. Como resultado, é cada vez mais difícil determinar com exactidão o que é Norte e o que é Sul. Sobretudo porque a Euro-América se está a mover em direcção ao universo das suas antigas colónias.

Por isso é que “o Sul Global” não pode ser definido *a priori* em termos substantivos. A classificação aponta para uma *relação*, não uma coisa em si ou por si. É um significante instável cujo conteúdo é determinado por processos materiais e políticos do quotidiano. No entanto, em termos analíticos, para voltar ao argumento de Homi Bhabha (1994b, 6), seja qual for a sua conotação num determinado momento, ele aponta sempre para uma localização “ex-cêntrica,” um sítio fora da Euro-América. Para os nossos propósitos, a sua importância reside nessa ex-centricidade: no ângulo de visão que nos permite distanciarmo-nos do nosso mundo, a fim de melhor compreender o seu presente e futuro.

---

<sup>1</sup> Para uma tentativa isolada de reunir a “teoria social do mundo periférico” – embora com uma ênfase bastante diferente da nossa – ver *Southern Theory* de Raewyn Connell (2007); Agradecemos a Lauren Coyle, doutoranda da Universidade de Chicago, por nos ter chamado a atenção para este volume. Nos últimos anos, tem havido debates intermitentes sobre aquilo que Krotz (2005, 1479) designa de novas “antropologias do Sul”.

<sup>2</sup> Argumentos similares seriam apresentados mais tarde por investigadores afrocêntricos nos EUA, talvez, em particular, por Bernal (1987-2006) em *Black Athena*, um estudo que provocou um coro de críticas; ver, por exemplo, Lefkowitz and Rogers (1996).

<sup>3</sup> Soubemos do testemunho de DeLay através de Darian-Smith (2010). Ela cita trechos de “The real scandal of Tom DeLay,” Mark Shields, CNN.com, 9 Maio 2005: [www.cnn.com/2005/POLITICS/05/09/real.delay](http://www.cnn.com/2005/POLITICS/05/09/real.delay). O artigo original publicado no *Washington Post*, “A “petri dish” in the Pacific: Conservative network aligned with DeLay makes Marianas a profitable cause,” Juliet Eilperin, 26 de Julho de 2000, foi publicado repetidas vezes; podemos lê-lo em [www.freedomworks.org/news/a-petri-dish-in-the-pacific-conservative-network-a-0](http://www.freedomworks.org/news/a-petri-dish-in-the-pacific-conservative-network-a-0) (acedido em 6/7/2010). O artigo especifica a maneira como activistas e lobistas conservadores conseguiram transformar as catorze ilhas, que formalmente constituíam a Commonwealth of the Northern Mariana Islands (CNMI), num exemplo vivo da economia do mercado livre.

<sup>4</sup> Como muitos outros, usámos, no passado, o termo “alternativo” para descrever as modernidades africanas, embora o tenhamos empregado como sinónimo de “vernacular.” Retrospectivamente, parece-nos que teria sido melhor usar o segundo, em vez do primeiro termo, – embora, em certos contextos, “alternativo” descreva, de facto, melhor a intenção por detrás dos esforços africanos de conceber uma modernidade indígena em oposição explícita aos seus opositores/homólogos europeus.

<sup>5</sup> Como salienta Duara (2007, 293-4) numa recensão elucidativa, é como se Cooper “ se tivesse cansado de teóricos que desencorajam os historiadores de continuar a tentar descobrir factos.” Também critica Cooper por apresentar argumentos frágeis: segundo Duara, poucos historiadores escrevem sobre a modernidade em termos generalistas como sugere Cooper.

---

<sup>6</sup> E desconstruir a oposição entre o universal e o particular. Que Taylor nos perdoe (2010, 280 -1) - que prefere caricaturar a bibliografia sobre o assunto -, mas a ideia de “modernidades múltiplas ou plurais” emergiu precisamente para implodir essa oposição, regionalizando e relativizando o conceito ocidental de universalismo *tout court*. Taylor parece também ignorar um outro aspecto fundamental, ou seja, o apelo analítico às “modernidades alternativas,” quaisquer que sejam os seus defeitos, *não* defende tacitamente, como afirma, a ideia de que a modernidade ocidental é ‘o padrão genérico em relação ao qual todas as outras versões são consideradas aproximações menores’ (p.281). Pelo contrário.

<sup>7</sup> Há aqui uma alusão irônica à contenda clássica de Evans-Pritchard (1956, 63) com os acadêmicos ocidentais estudiosos da religião que não admitiam que, para os Nuer do Sul do Sudão, Deus (*Kwoth*) pudesse ser simultaneamente uma coisa e muitas, que isso não implicava uma incoerência conceptual, nem era um exemplo de “mentalidade primitiva.”

<sup>8</sup> Existe uma bibliografia crítica vasta e em franco crescimento sobre estes aspectos da “nova” era do capital, iniciada talvez com Mandel (1978) e Harvey (1982, cf. também 1989); uma vez que essa bibliografia não está directamente relacionada com os temas aqui abordados, não nos preocupámos em referi-la.

<sup>9</sup> A ascensão de líderes políticos populistas na América Latina e em África, líderes que se posicionam contra o neoliberalismo global, é um exemplo desta tendência. Na África do Sul, as críticas ao fundamentalismo dos mercados têm alimentado o discurso quotidiano dos média desde 1990 (ver, por exemplo, Bond 1997).

<sup>10</sup> Isto está documentado num relatório recente elaborado pelo McKinsey Global Institute; ver Roxburgh *et al.* (2010)

<sup>11</sup> Segundo o relatório do Banco Mundial, o FDI em África obteve, em 2002, os maiores lucros a nível mundial; ver “Africa ‘Best for Investment’”: [www.golbalpolicy.org/socecon/develop/africa/2003/0408fdi.htm](http://www.golbalpolicy.org/socecon/develop/africa/2003/0408fdi.htm) (acedido em 1/5/05). Isto levanta paralelos desanimadores com períodos anteriores de extração colonial. O padrão mantém-se. Guo (2010, 42), citando o FMI, observa: “Em 2007 e 2008, o Sul de África, a região dos grandes lagos o Quênia, a Tanzânia e o Uganda e mesmo o Corno de África assolado pela seca tiveram índices de crescimento semelhantes aos das duas maiores potências asiáticas. No ano passado, no período mais profundo da recessão global, o continente africano registou um crescimento de quase 2%, índice semelhante ao verificado no Médio Oriente e ultrapassando os índices de crescimento em todo o lado, excepto na Índia e na China.” Na mesma linha, Tostevin (2010, 8) salienta que 1000 dólares investidos nos mercados de acções nigerianos ou quenianos no início de 2010 teriam tido um lucro de aproximadamente 150 dólares ao fim de seis meses. O mesmo investimento em acções americanas do S&P 500 teria tido prejuízo.

<sup>12</sup> Cf. Simon Watney (1990) na sua poderosa análise da SIDA, raça e África; ver também Comaroff and Comaroff (2011, cap. 8).

## Referências

Amin, S. 1989. *Eurocentrism*. Translated by R. Moore. New York: Monthly Review Press.

Amin, S. 2010. The Millennium Development Goals: A critique from the South. *Monthly Review* 57 (10): 1–15.

Appadurai, A. 1996. *Modernity at large: The cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Arendt, H. 1958. *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press.

Balibar, É . 2004. *We, the people of Europe? Reflections on transnational citizenship*. Translated by J. Swenson. Princeton: Princeton University Press.

Bernal, M. 1987–2006. *Black Athena: The Afroasiatic roots of classical civilization* (3 volumes). New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.

Bhabha, H. K. 1994a. *The location of culture*. New York: Routledge.

Bhabha, H. K. 1994b. Remembering Fanon: Self, psyche and the colonial condition. In *Colonial discourse and post-colonial theory: A reader*, edited by P. Williams and L. Chrisman, 112–23. New York: Columbia University Press.

Bond, P. 1997. Fighting neo-liberalism: The South African front. Southern Africa Report Archive 12 (2). <http://www.africafiles.org/article.asp?IDV43851>(consultado a 8/4/12).

Chakrabarty, D. 2000. *Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press.

Chalfin, B. 2010. *Neoliberal frontiers: An ethnography of sovereignty in West Africa*. Chicago: University of Chicago Press.

Chance, K. 2007. *Living politics*. Unpublished Doctoral Research Proposal. Department of Anthropology, University of Chicago.

- Coetzee, J. M. 2003. *Elizabeth Costello*. London: Secker & Warburg.
- Comaroff, J., and J. L. Comaroff. 1993. Introduction. In *Modernity and its malcontents: Ritual and power in postcolonial Africa*, edited by J. Comaroff and J. L. Comaroff, xi–xxxvii. Chicago: University of Chicago Press.
- Comaroff, J., and J. L. Comaroff. 2006a. Figuring crime: Quantifacts and the production of the unreal. *Public Culture* 18 (1): 209–46.
- Comaroff, J., and J. L. Comaroff. 2011. *Theory from the South: Or, how Euro-America is evolving toward Africa*. Boulder: Paradigm Publishers.
- Comaroff, J. L., and J. Comaroff. 2006b. Law and disorder in the postcolony: An introduction. In *Law and disorder in the postcolony*, edited by J. Comaroff and J. L. Comaroff, 1–56. Chicago: University of Chicago Press.
- Comaroff, J. L., and J. Comaroff. 2009. *Ethnicity, Inc.* Chicago: University of Chicago Press.
- Comaroff, J., and Gullivar S. 1999. *Lagos charter: Case studies in the African informal*. Harvard Project on the City: West Africa. M.A. Thesis. Graduate School of Design, Harvard University.
- Cooper, F. 2005. *Colonialism in question: Theory, knowledge, history*. Berkeley: University of California Press.
- Connell, R. 2007. *Southern theory: The global dynamics of knowledge in social science*. Malden, MA: Polity.
- Coronil, F. 2004. Latin American postcolonial studies and global decolonization. In *The Cambridge companion to postcolonial literary studies*, edited by N. Lazarus, 221–40. Cambridge: Cambridge University Press.
- Darian-Smith, E. 2010. *Religion, race, rights: Landmarks in the history of modern Anglo-American law*. Oxford: Hart Publishing.
- Desai, A. 2002. *We are the poors: Community struggles in post-apartheid South Africa*. New York: Monthly Review Press.
- Deutsch, J., P. Probst and H. I. Schmidt, eds. 2002. *African modernities: Entangled meanings in current debates*. Portsmouth: Heinemann.

Diop, C. A. 1955. *Nations nègres et culture: De l'antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels de l'Afrique noire d'aujourd'hui*. Paris: Présence Africaine.

Dlomo, H. I. E. 1977 [1939] Why study tribal dramatic forms? In *Literary theory of H. I. E. Dlomo*, edited by N. Visser and T. Couzens. Special issue of *English in Africa* 4 (2): 37–42.

Duara, P. 2007. To think like an empire. Review of *Colonialism in question: Theory, knowledge, history*, by F. Cooper. *History and Theory* 46 (2): 292–8.

Du Bois, W. E. B. 1933. *The souls of black folk: Essays and sketches*. Chicago: A.C. McClurg.

Evans-Pritchard, E. E. 1956. *Nuer religion*. Oxford: Clarendon Press.

Fabian, J. 1983. *Time and the Other: How anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press. [Tradução portuguesa: *O Tempo e a Escrita sobre o Outro*, tradução de Carlos Branco Mendes, in *Deslocalizar a Europa. Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*. Org. Manuela Ribeiro Sanches. Lisboa: Livros Cotovia, 2005, 63-100].

Fanon, F. 1967. *Black skin, white masks*. Translated by C. L. Markmann. New York: Grove Press.

Ferguson, J. 2006. *Global shadows: Africa in the neoliberal world order*. Durham, NC: Duke University Press.

Guo, J. 2010. How Africa is becoming the new Asia. *Newsweek* March 1: 42–4.

Halliwell, S. 2002. *The aesthetics of mimesis: Ancient texts and modern problems*. Princeton: Princeton University Press.

Harvey, D. 1982. *The limits to capital*. Chicago: University of Chicago Press.

Harvey, D. 1989. *The condition of postmodernity: An enquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Blackwell.

Huffington, A. 2010. *Third World America: How our politicians are abandoning the middle class and betraying the American dream*. New York: Crown.

Koolhaas, R., and E. Cleijne. 2001. *Lagos: How it works*. With Harvard Project on the City and 2X4, edited by A. Adelusi-Adeluyi. Baden: Lars Müller Publishers.

Krotz, E. 2005. Anthropologies of the South: Their rise, their silencing, their characteristics. *Journal of the World Anthropology Network* 1 (1): 147–59.

Latour, B. 1993. *We have never been modern*. Translated by C. Porter. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Lefkowitz, M. R., and G. Maclean Rogers, eds. 1996. *Black Athena revisited*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press.

Lomnitz, C. 2006. Latin America's rebellion: Will the new left set a new agenda? *Boston Review*, September/October. <http://bostonreview.net/BR31.5/lomnitz.php> (consultado a 8/4/12).

Makdisi, S. S. 1992. The empire renarrated: 'Season of migration to the north' and the reinvention of the present. *Critical Inquiry* 18 (4): 804–20.

Mandel, E. 1978. *Late capitalism*. Translated by J. De Bres. New York: Verso.

Masilela, N. 2003a. New Negro modernity and new African modernity. Unpublished conference paper. <http://pzacad.pitzer.edu/NAM/general/modernity.pdf> (consultado a 8/4/12).

Masilela, N. 2003b. South African literature in African languages. In *Encyclopedia of African literature*, edited by S. Gikandi, 706–13. New York: Routledge.

Mbembe, A. 2002. African modes of self-writing. Translated by S. Rendall. *Public Culture* 14 (1): 239–73. [Ver tradução portuguesa em <http://www.artafrica.info/html/artigotrimestre/artigo.php?id=21>].

Mbembe, A. 2008. Aesthetics of superfluity. In *Johannesburg: The elusive metropolis*, edited by S. Nuttall and A. Mbembe, 37–67. Johannesburg: Witwatersrand University Press.

Morton, G. D. 2010. *The household and its money: Making investments and remaking families with Bolsa Familia*. Unpublished Doctoral Research Proposal. Department of Anthropology, University of Chicago.

Nuttall, S. 2009. *Entanglement: Literary and cultural reflections on post-apartheid*. <http://www.artafrica.info/html/artigotrimestre/artigo.php?id=21>Johannesburg: Witwatersrand University Press.

Orwell, G. 1933. *Down and out in Paris and London*. London: Harper & Bros.

Pietz, W. 1985. The problem of the fetish, I. *Res* 9 (Spring): 5–7.

Pietz, W. 1987. The problem of the fetish, II. *Res* 13 (Spring): 23–45.

Pietz, W. 1988. The problem of the fetish IIIa: Bosman's Guinea and the Enlightenment theory of fetishism. *Res* 16 (Autumn): 105–23.

Roxburgh, C., N. Doërr, A. Leke, A. Tazi-Riffi, A. van Wamelen, S. Lund, M. Chironga, T. Alatovik, C. Atkins, N. Terfous, and T. Zeino-Mahmalat. 2010. Lions on the move: The progress and potential of African economies. McKinsey Global Institute Report. [http://www.mckinsey.com/mgi/publications\\_progress\\_and\\_potential\\_of\\_african\\_economies/pdfs/MGI\\_african\\_economies\\_full\\_report.pdf](http://www.mckinsey.com/mgi/publications_progress_and_potential_of_african_economies/pdfs/MGI_african_economies_full_report.pdf) (consultado a 8/4/12).

Said, E. W. 1983. *The world, the text, and the critic*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Silverstein, M. 1976. Shifters, linguistic categories, and cultural description. In *Meaning in anthropology*, edited by K. H. Basso and H. A. Selby, 11–55. New York: Harper & Row.

Spivak, G. C. 1988. Can the subaltern speak? In *Marxism and the interpretation of culture*, edited by C. Nelson and L. Grossberg, 271–313. Urbana, IL: University of Illinois Press.

Stiglitz, J. E. 2002. *Globalization and its discontents*. New York: W.W. Norton.

Stoler, A. L. 2006. Intimidations of empire: Predicaments of the tactile and the unseen. In *Haunted by empire: Geographies of intimacy in North American history*, edited by A. L. Stoler, 1–22. Durham, NC: Duke University Press.

Táiwò, O. 2010. *How colonialism preempted modernity in Africa*. Bloomington, IA: Indiana University Press.

Taylor, J. P. 2010. Janus and the siren's call: Kava and the articulation of gender and modernity in Vanuatu. *Journal of the Royal Anthropological Institute* (NS) 16 (2): 279–96.

*The Economist*, 2010. Leviathan Inc. <http://www.economist.com/node/16743343> (consultado a 8/4/12).

Toscano, A. 2005. Capture. In *The Deleuze dictionary*, edited by A. Parr, 39–40. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Tostevin, M. 2010. World Cup showcases Africa's bigger changes. *The Big Issue*, July 9–30, 166: 14: 8.

Watney, S. 1990. Missionary positions: AIDS, 'Africa,' and race. In *Out there: Marginalization and contemporary cultures*, edited by R. Ferguson, M. Glover, T. T. Minh-ha, and C. West, 89– 103. Cambridge, MA: MIT Press/New Museum of Contemporary Art.

Žižek, S. n.d. Appendix: Multiculturalism, the reality of an illusion. [http://www.lacan.com/essays/?page\\_id/4454](http://www.lacan.com/essays/?page_id/4454) (consultado a 8/4/12).

**Jean Comaroff** ocupa os cargos de Alfred North Whitehead Professor of African and African American Studies and Anthropology e o de Oppenheimer Research Fellow na Universidade de Harvard. É também professora honorária da Universidade de Cape Town. **John Comaroff** é ABF Affiliated Researcher e Professor of African and African-American Studies and Anthropology na Universidade de Harvard. Entre os livros que publicaram em conjunto contam-se *Of Revelation and Revolution* (vols. I [1991] e II [1997]); *Ethnography and the Historical Imagination* (1992); *Millennial Capitalism and the Culture of Neoliberalism* (2000), *Law and Disorder in the Postcolony* (2006), *Ethnicity, Inc.* (2009), e *Theory from the South, or How Euro-America is Evolving Toward Africa* (2011).

A coordenação do ArtAfrica agradece a Jean Comaroff a prontidão com que aceitou a autorizar a tradução deste importante texto para o Português.

